

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**.
- A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB1A1

1 Viver em uma cidade ou no campo tem diferenças
bem definidas em várias áreas, como mercado de trabalho,
opções de lazer e transporte. Mas o que um novo estudo
4 descobriu é que o ambiente em que você cresce também tem
influência nas suas habilidades de localização — e esse efeito
varia de país para país.

7 Na pesquisa, os estudiosos analisaram dados de um
jogo de celular para aferir a habilidade de navegação espacial
das pessoas. No *game*, os jogadores controlam um barco e têm
10 que memorizar um mapa do mar onde há certos locais
marcados. Eles então têm que seguir o caminho guiados apenas
pela memória, passando pelos objetivos invisíveis antes de
13 cruzar a linha de chegada. A pesquisa envolveu mais de 440
mil pessoas de 38 países.

16 Além da jogatina, os pesquisadores também aplicaram
questionários e coletaram dados sobre os participantes, como
idade, gênero, nível educacional e local de origem. Os
resultados mostraram que pessoas que haviam crescido em
19 cidades erravam muito mais no *game*, enquanto quem era de
áreas rurais ou vilarejos tinha uma taxa de acerto maior. E isso
se manteve independentemente de correções de outros fatores,
22 como idade ou gênero. Estudos anteriores da mesma equipe
mostraram que há correlação entre as habilidades de navegação
das pessoas no jogo e na vida real — como se localizar em uma
25 cidade, por exemplo.

28 A diferença entre moradores urbanos e rurais foi
maior nos Estados Unidos da América, onde as cidades
costumam ter formato de grade (com ruas paralelas e
perpendiculares). Já na Europa, onde as cidades são mais
irregulares, a diferença entre pessoas oriundas de zonas
31 urbanas e pessoas vindas de zonas rurais foi menor.

34 O estudo não estabeleceu os motivos por trás do
resultado, mas dá para teorizar. Embora as cidades possam
passar a impressão de serem mais confusas e caóticas do que
as tranquilas zonas rurais, elas estão cheias de elementos e
recursos de localização (placas, nomes de ruas, normas de
37 trânsito etc.). Também oferecem meios de transporte, como
ônibus ou metrô, em que você não precisa memorizar o
caminho — somente os pontos inicial e final. Talvez tudo isso,
40 a longo prazo, acabe prejudicando o desenvolvimento da
capacidade de se orientar. Já em áreas rurais ou vilarejos, sem
essas ajudas, o jeito é aprender na marra mesmo.

Bruno Carbinatto. *Pessoas que crescem em cidades têm senso de direção pior*. In: *Revista Superinteressante*, fev./2020. Internet: <<https://super.abril.com.br>> (com adaptações).

Com relação às ideias e à tipologia do texto CB1A1, julgue os itens a seguir.

- 1 Depreende-se do texto que fatores como idade e gênero têm impacto semelhante ao impacto do local de habitação no que se refere à medida das habilidades de localização das pessoas.

2 De acordo com o texto, os meios de transporte e o aparato de sinalização urbana podem debilitar o desenvolvimento de um senso de orientação espacial mais acurado.

3 Infere-se dos dois últimos parágrafos do texto que, quanto mais organizado o formato de uma cidade, piores serão as habilidades de navegação de seus habitantes.

4 Sendo uma reportagem de divulgação científica, o texto apresenta uma estrutura tipológica essencialmente argumentativa.

Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os itens que se seguem.

5 A expressão “esse efeito” (l.5) faz referência à relação entre local de moradia e habilidade de localização, estabelecida anteriormente.

6 No texto, o sentido de “teorizar” (l.33) é equivalente a **criar hipóteses**.

7 No último período do texto, a expressão “o jeito é aprender na marra” (l.42) estabelece a ideia de que as pessoas que moram em áreas rurais ou vilarejos aprendem a se orientar enfrentando com coragem as circunstâncias difíceis.

8 O pronome “Eles” (l.11) retoma “estudiosos” (l.7).

Texto CB1A2

1 O mundo urbano já abriga mais da metade da
 2 população do planeta, e os processos de urbanização espalham
 3 globalmente, mas de forma desigual, tanto os benefícios quanto
 4 as crises da ocupação urbana do espaço. Com isso, o
 5 planejamento urbano e a gestão das cidades e áreas
 6 metropolitanas vêm sendo inseridos em discussões na busca de
 7 alternativas para a urbanização e para o desenvolvimento
 8 urbano, a fim de mitigar os impactos nocivos e adaptar o
 9 ordenamento territorial e a distribuição socioespacial das
 10 cidades às condições de ambiente e clima locais e regionais.
 11 O movimento de (re)pensar o planejamento das cidades para
 12 que se obtenha um modelo em que o desenvolvimento urbano
 13 possa ser mais social e ambientalmente sustentável passará a
 14 ser essencial daqui a alguns anos, considerando-se tanto as
 15 desigualdades que esses processos carregam em si quanto os
 16 problemas ambientais e climáticos desencadeados por eles.

17 Por um lado, uma parcela da população urbana usufrui
 18 dos avanços técnico-científicos, da infraestrutura e do conforto
 19 que a vida urbana e sua produção econômica disponibilizam;
 20 por outro lado, grande parte do mundo sofre com as
 21 consequências socioeconômicas das políticas econômicas e de
 22 expansão de mercados, que promovem exclusão, desigualdade
 23 e vulnerabilidade no mercado de trabalho e na gestão e no
 24 planejamento urbanos. As cidades, sejam elas grandes
 25 aglomerados, como metrópoles, ou pequenas comunidades,
 26 enquanto aglomerações urbanas, são permeadas, em diversos
 27 níveis, por questões de desigualdade socioeconômica e
 28 questões que envolvem uma mudança de discurso para
 29 melhorar as condições ambientais, como propostas de consumo
 30 consciente e saneamento básico: o meio urbano e o padrão do
 31 desenvolvimento urbano são um desafio quando se considera
 promover mudanças nos padrões insustentáveis de consumo.

Ana Célia Baia Araújo e Zoraide Souza Pessoa. **O desafio das cidades sustentáveis**: prós e contras de uma proposta para o desenvolvimento urbano. Internet: <<http://anpur.org.br>> (com adaptações).

Considerando as ideias do texto CB1A2, julgue os itens a seguir.

- 9 Segundo o texto, os padrões de consumo promovidos pelas aglomerações urbanas são irreversíveis, o que justifica a necessidade de se repensar o planejamento das cidades.
- 10 De acordo com o texto, há uma tendência de discussões com vistas a minorar impactos negativos das ocupações urbanas e promover adaptabilidade do ordenamento territorial e da distribuição socioespacial das cidades às suas condições regionais.
- 11 Depreende-se do texto que planejamento das cidades e sustentabilidade social e ambiental são aspectos que deverão ser pensados separadamente.

Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto CB1A2, julgue os próximos itens.

- 12 O emprego de vírgulas para isolar o trecho “enquanto aglomerações urbanas” (ℓ.26) justifica-se pela natureza explicativa desse trecho dentro do período.
- 13 A forma verbal “vêm” (ℓ.6) é acentuada devido à concordância que estabelece com o termo “o planejamento urbano e a gestão das cidades e áreas metropolitanas” (ℓ. 4 a 6).
- 14 Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, o trecho “uma parcela da população urbana usufrui dos avanços técnico-científicos, da infraestrutura e do conforto que a vida urbana e sua produção econômica disponibilizam” (ℓ. 17 a 19) poderia ser reescrito da seguinte forma: uma parcela da população urbana usufrui dos avanços técnico-científicos, da infraestrutura e do conforto disponibilizados pela vida urbana e pela produção econômica deles.
- 15 A correção gramatical do texto seria mantida caso se inserisse o acento indicativo de crase no vocábulo “a” presente no trecho “daqui a alguns anos” (ℓ.14), visto que o emprego desse sinal é optativo nesse caso.

Considerando aspectos relevantes acerca do Distrito Federal, desde distintos contextos históricos à realidade atual, julgue os itens seguintes.

- 16 A ocupação das áreas vizinhas à nova capital, inaugurada em 1960, em larga medida acompanhou a experiência de planejamento urbano que presidiu a construção de Brasília. Daí a facilidade de implantação da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE), que minimiza ao extremo as pressões por emprego e por serviços essenciais das populações do Entorno sobre o Distrito Federal.
- 17 A ideia de transferência da capital brasileira para o interior do país é antiga: no contexto da Independência, um importante argumento para essa mudança era o da segurança ante a possibilidade de ataque vindo pelo mar. Na República, no governo de Juscelino Kubitschek, na segunda metade da década de 50 do século XX, prevalecia a defesa da interiorização do desenvolvimento, incorporando-se aos centros dinâmicos da economia nacional extensas regiões até então relegadas a um plano secundário.

No que se refere a diversos aspectos do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), julgue os próximos itens.

- 18 As sedes de antigas fazendas e os setores tradicionais dos assentamentos vernaculares do DF, como Planaltina e Brazlândia, são exemplos da identidade de uso e ocupação do solo e da morfologia arquitetônica das cidades do Planalto Central anteriores à construção da cidade de Brasília — à época da construção da nova capital, essas cidades de pequeno porte eram centros de apoio ao meio rural goiano.
- 19 Os congestionamentos, as deficiências do transporte público, os longos períodos de tempo gastos nos deslocamentos e as distâncias entre os municípios do Entorno e as Regiões Administrativas do DF geram uma deseconomia de escala relacionada ao transporte de massa público e privado na RIDE-DF.

Com base na Lei Orgânica do Distrito Federal, julgue os itens a seguir.

- 20 Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal que praticar crime de homicídio para assegurar a sua impunidade na prática do crime de estelionato será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- 21 A remuneração do auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Distrito Federal não poderá exceder, em espécie, o subsídio mensal do chefe do Poder Executivo.

A respeito da tributação, do orçamento e da ordem econômica do Distrito Federal, julgue os itens a seguir.

- 22 O turismo é fator que possibilita o desenvolvimento socioeconômico e a afirmação de valores culturais nacionais e locais, cabendo ao Distrito Federal desenvolver efetiva infraestrutura turística para promoção, no Brasil e no exterior, do turismo distrital.
- 23 Se o governo do Distrito Federal pretender majorar tributo de sua competência, faltando sessenta dias para o encerramento do exercício financeiro, ele dependerá, necessariamente, de autorização na lei de diretrizes orçamentárias para encaminhar projeto de lei à Câmara Legislativa com a respectiva pretensão.

A respeito de atos administrativos, dos princípios administrativos, do processo administrativo e dos poderes da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 24 O ato regulamentar poderá impor obrigações e direitos, desde que estes não sejam contrários à lei que tiver ensejado a sua prática.
- 25 Por meio da licença, ato unilateral e vinculado, a administração faculta aos interessados o exercício de determinada atividade.
- 26 Dado o princípio da confiança, caso verificada legítima expectativa do administrado, pode haver a manutenção de atos administrativos antijurídicos.
- 27 Segundo entendimento do STJ, o ato de instauração válido do processo administrativo disciplinar constitui o marco inicial da contagem do prazo prescricional.

A respeito de serviços públicos, improbidade administrativa, acesso a informação, e licitações e contratos, julgue os itens que se seguem.

- 28 Jovem de quinze anos de idade que apresente ao TCDF pedido de acesso a informação independe de representação dos seus pais ou responsáveis para que seja atendido.
- 29 Pessoa física que elabore projeto básico ou executivo para licitação de órgão público poderá participar do mesmo certame licitatório se não for servidor da administração pública envolvida.
- 30 Em um contrato de concessão pública, o poder concedente poderá autorizar que os financiadores e garantidores da concessionária assumam temporariamente o controle da administração, o que lhes permite indicar membros dos conselhos de administração e fiscal e, também, exercer poder de veto de proposta submetida à votação dos acionistas ou quotistas da concessionária.
- 31 **Situação hipotética:** Órgão público transferiu recurso público para entidade privada, para prestação de serviço de saúde, sem que fosse previamente celebrado contrato, convênio ou qualquer instrumento congênere, conforme prevê a legislação. **Assertiva:** Nesse caso, o ato enquadra-se como improbidade administrativa, tenha ele sido cometido com dolo ou culpa.

A respeito dos princípios fundamentais, de emenda constitucional, do direito ao sigilo e da organização político-administrativa do Estado, julgue os itens subsequentes.

- 32 É constitucional tribunal de contas determinar, nos processos de sua competência, a quebra do sigilo bancário de dados constantes do Banco Central do Brasil.
- 33 O Distrito Federal, regido por lei orgânica aprovada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, possui as competências legislativas reservadas tanto aos estados da Federação quanto aos municípios.
- 34 Consoante dispositivo constitucional, compete ao STF o processamento de julgamento de descumprimento de tratado de extradição, por ser matéria que ofende a soberania externa.
- 35 É inconstitucional regulamentação de regime jurídico de servidores militares estaduais por emenda constitucional de origem parlamentar.

Com relação ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, julgue os itens seguintes.

- 36 Comissão parlamentar de inquérito que concluir pela existência de indício de crime cometido pelo investigado deverá, pelo respectivo procurador judicial, promover, perante o Poder Judiciário, a responsabilidade criminal do infrator.
- 37 Membro de tribunal de contas estadual que, no exercício da sua função, cometer ato previsto como crime comum deverá ser processado e julgado originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.
- 38 O Ministério Público de Contas da União é o órgão integrante do Ministério Público da União que atua na busca da responsabilidade civil dos que fraudarem o emprego de recursos públicos.
- 39 Partido político que tomar conhecimento de irregularidade ou ilegalidade na execução de programa governamental que envolva recurso público federal será parte legítima para denunciar esse fato ao Tribunal de Contas da União.

A respeito de personalidade jurídica, direitos da personalidade e capacidade, julgue os itens seguintes, de acordo com as disposições do Código Civil e da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

- 40 De acordo com o Código Civil, a emancipação voluntária do menor, por concessão de ambos os pais, será feita por instrumento público, independentemente de reconhecimento judicial para produzir efeitos.
- 41 A alteração da finalidade originalmente prevista no contrato social de sociedade limitada caracteriza, por si só, desvio de finalidade apto a justificar a desconsideração da personalidade jurídica na hipótese de inadimplemento contratual que prejudique terceiros.
- 42 A caracterização de ilícito civil decorrente da exposição não autorizada do nome da pessoa em publicação que a sujeite ao desprezo público independe da comprovação de existência de intenção difamatória.
- 43 Nos contratos internacionais, a obrigação decorrente do contrato é considerada como constituída no lugar onde residir o oblato, conforme regra prevista na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A respeito do negócio jurídico, da prescrição, da prova do fato jurídico e de contratos civis, julgue os próximos itens.

- 44 O engano do declarante quanto ao objeto do negócio jurídico que deu ensejo à propositura da ação enseja a anulabilidade da confissão.
- 45 Considere que Pedro tenha sido designado mandatário em um contrato regulado pelo Código Civil e que, nesse contrato, haja uma cláusula segundo a qual Pedro assume a obrigação de não renunciar ao mandato. Nessa situação, a cláusula que define a obrigação de não renunciar ao mandato é nula.
- 46 Nas declarações de vontade, importa mais a vontade real do que a declarada, prevalecendo a teoria da confiança.
- 47 A pretensão deduzida em ação baseada na garantia da evicção decorrente de inadimplemento contratual submete-se ao prazo prescricional geral.

Julgue os itens a seguir, referentes aos princípios constitucionais e às diversas espécies de atos judiciais existentes no processo civil.

- 48 De acordo com o princípio do juiz natural, o magistrado que presidir a instrução do processo deve obrigatoriamente prolatar sentença, salvo se estiver licenciado ou afastado por motivo legítimo.
- 49 Em primeiro grau, o mérito do processo civil pode ser examinado, de forma parcial e definitiva, em decisão interlocutória.
- 50 O Código de Processo Civil dispensa a oportunidade de manifestação prévia das partes caso o juiz decida extinguir o processo sem resolução do mérito em decorrência de relevante vício de ordem processual resultante de questão que não tenha sido objeto de contraditório prévio.

A respeito de mandado de segurança, ação popular e ação civil pública, julgue os itens a seguir.

- 51 De acordo com o STF, é lícito ao Poder Judiciário, em situações excepcionais, determinar que a administração pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais.
- 52 Depois de prestadas as informações e emitido parecer pelo Ministério Público, a desistência do mandado de segurança depende de manifestação da autoridade coatora.
- 53 Pode o STJ, em ação popular, declarar incidentalmente a inconstitucionalidade da norma atacada, se a controvérsia constitucional for a causa de pedir.

No tocante à disciplina do direito penal, julgue os itens a seguir.

- 54 Incidindo o agente em erro sobre a proibição de sua conduta pelo ordenamento jurídico, sem consciência da ilicitude, seu comportamento estará isento de pena, em razão de uma excludente de punibilidade.
- 55 Segundo a classificação doutrinária dominante, os ofendículos, desde que instalados com moderação, caracterizam situação de exclusão de antijuridicidade.
- 56 Para a *abolitio criminis*, não basta a revogação formal da lei penal anterior, impondo-se, para a sua caracterização, o fato de que o mesmo conteúdo normativo não tenha sido preservado nem deslocado para outro dispositivo legal.

Acerca de crimes contra a fé pública e contra a administração pública, julgue os itens a seguir.

- 57 Governador de estado que exige acesso direto a conteúdo de inquéritos policiais sigilosos para proveito próprio não comete qualquer crime contra a administração pública.
- 58 Agente público que assina, em nome de subordinado, documento publicado em Diário Oficial comete crime de falsidade ideológica.

No que se refere aos crimes previstos na Lei n.º 8.666/1993, julgue o próximo item.

- 59 Agente público que deixa de observar formalidades pertinentes a inexigibilidade a licitação somente comete crime se a inexigibilidade for ilegal.

Uma amostra aleatória simples, sem reposição, de tamanho 100, será retirada de uma população constituída por 1.000 indivíduos, com o objetivo de se estimar a média μ das idades desses 1.000 indivíduos. Essa amostra é representada por um conjunto de variáveis aleatórias X_1, \dots, X_{100} , e o estimador da média populacional μ é dado pela seguinte expressão.

$$\bar{X} = \sum_{i=1}^{100} X_i / 100.$$

Tendo como referência essa situação hipotética, e considerando que o desvio padrão populacional da distribuição das idades seja igual a 2 anos, julgue os itens que se seguem.

- 60 A variância do estimador \bar{X} é inferior a 0,04.
- 61 Se, no plano amostral em apreço, (x_1, \dots, x_{100}) representa uma possível realização de X_1, \dots, X_{100} e se $P(X_1 = x_1, \dots, X_{100} = x_{100})$ denota sua probabilidade de ocorrência, é correto afirmar que $P(X_1 = x_1, \dots, X_{100} = x_{100}) = 0,1$.
- 62 No plano amostral em questão, as variáveis aleatórias X_1, \dots, X_{100} são independentes.

Considerando que P e Q sejam, respectivamente, as proposições “Ausência de evidência de um crime não é evidência da ausência do crime.” e “Se não há evidência, não há crime.”, julgue os itens a seguir.

- 63 A negação da proposição Q pode ser corretamente expressa por “Não há evidência, mas há crime.”.
- 64 A negação da proposição P pode ser corretamente expressa por “Presença de evidência de um crime é evidência da presença do crime.”.
- 65 Embora tenham naturezas distintas quanto à composição, uma vez que P é uma proposição simples e Q é uma proposição composta, é correto afirmar que, no campo semântico, essas duas proposições expressam a mesma ideia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos sistemas de controle na administração pública brasileira, julgue os seguintes itens.

- 66** Comissão técnica do Tribunal de Contas da União não pode realizar auditoria de natureza contábil e financeira em unidade administrativa do Poder Judiciário, visto que tal prática violaria o princípio da independência entre os poderes.
- 67** Considere que, durante a apreciação dos atos de admissão de pessoal de uma entidade pública, o tribunal de contas estadual não tenha analisado as nomeações para os cargos de provimento em comissão. Nessa situação, constitui falha do tribunal de contas deixar de analisar as citadas nomeações.
- 68** Considere que um cidadão de 33 anos de idade, brasileiro, advogado, com mais de doze anos de efetiva atividade profissional, gozando de idoneidade moral e reputação ilibada, e com notórios conhecimentos jurídicos, contábeis e de administração pública, tenha sido cogitado para vaga de ministro do Tribunal de Contas da União. Nessa situação, ele cumpre os requisitos necessários à investidura no cargo.
- 69** Considere que o sindicato dos professores de determinado município tenha tomado conhecimento de irregularidades na aplicação de recursos públicos estaduais destinados à ampliação de um hospital público municipal. Nessa situação, o sindicato é parte legítima para apresentar denúncia acerca desse fato ao tribunal de contas do estado.

Com relação às competências do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) e à fiscalização exercida por esse órgão, julgue os itens seguintes.

- 70** As contas serão julgadas regulares quando expressarem, de forma clara e objetiva, entre outros critérios, a economicidade dos atos de gestão do responsável.
- 71** As representações recebidas pelo TCDF restringem-se às ilegalidades e irregularidades verificadas nos órgãos e nas entidades sujeitos à sua jurisdição.
- 72** Compete ao TCDF avaliar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual do governo do Distrito Federal.
- 73** O monitoramento dos cumprimentos das deliberações do TCDF deve obedecer ao plano de fiscalização elaborado pela presidência desse tribunal, em consulta com os relatores, e aprovado pelo plenário.

Com base na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCDF, julgue os itens a seguir.

- 74** O TCDF, quando acionado judicialmente, é representado em juízo pelo procurador-geral do Distrito Federal, sendo vedada a contratação de serviço técnico profissional para essa finalidade.
- 75** Em uma tomada de prestação de contas, caso constata-se em que haja falta de natureza formal que tenha resultado em dano ao erário, o TCDF poderá julgar tal conta como regular com ressalva.
- 76** Em um processo em trâmite no TCDF, se uma das partes interpusse embargos de declaração, ela poderá, quando da apreciação dos embargos em juízo, realizar sustentação oral, mas sem acréscimos nas razões ou apresentação de documentos novos, sendo permitido o oferecimento de memoriais.
- 77** Os conselheiros do TCDF são escolhidos ou aprovados pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

- 78** É vedado aos auditores do TCDF o exercício de funções ou comissões nas secretarias desse tribunal.

A respeito das técnicas, dos procedimentos e dos objetivos da auditoria interna no contexto da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 79** Faz parte da técnica da auditoria o cotejamento de informações obtidas de fontes independentes.
- 80** Não cabe à auditoria interna avaliar a eficiência da administração pública.
- 81** A fiscalização é uma técnica de controle mais simples do que a auditoria e busca comprovar, entre outros aspectos, se os programas de governo correspondem às especificações estabelecidas.
- 82** Os testes de observância visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, à exatidão e à validação dos dados produzidos pelos sistemas contábeis e administrativos da entidade.

Quanto a controles internos e auditoria baseada em risco, julgue os itens a seguir.

- 83** Publicado em 2004, o COSO II substituiu o COSO I como guia de melhores práticas na gestão de riscos e controles internos.
- 84** A atuação da auditoria no ambiente de controle e gestão de riscos surgiu a partir das recomendações do COSO II.

Considerando as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), julgue os itens a seguir.

- 85** Para conferir objetividade aos trabalhos de auditoria, a materialidade deve ser um critério exclusivamente quantitativo.
- 86** Os princípios fundamentais da auditoria no nível 3 foram elaborados a partir da Declaração de Lima, segundo a qual democracia e Estado de direito são premissas essenciais para uma auditoria independente.
- 87** Nas auditorias financeiras, é o auditor quem mensura e avalia o objeto de acordo com os critérios de risco e materialidade.

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética acerca do planejamento de auditoria, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 88** Carlos, chefe de auditoria interna de órgão público, visando ao saneamento documental, excluiu da documentação de auditoria versões superadas de papéis de trabalho e demonstrações contábeis. Nessa situação, o servidor agiu acertadamente.
- 89** Pedro, auditor governamental, ao elaborar a Matriz de Planejamento, debruçou-se sobre algumas características dos critérios de auditoria: atingíveis, factíveis, sob pena de se tornarem inócuos e não se prestarem aos fins do seu trabalho. Nessa situação, as características dos critérios em que o servidor trabalhava eram as de utilidade.
- 90** Raul, analista de controle externo de tribunal de contas, ao auditar determinada entidade governamental, manifestou preocupação de não haver um bom sistema de controle interno que prevenisse ou detectasse, em tempo hábil, erros ou irregularidades relevantes. Nessa situação, a preocupação manifestada pelo servidor se refere ao risco de controle.

Com relação à execução de auditoria governamental, julgue os itens seguintes.

- 91** Conciliação é o conjunto de procedimentos técnicos utilizados para comparar uma amostra do universo com as mesmas fontes de informação internas.
- 92** A revisão analítica consiste na realização de análises comparativas e envolve, entre outros, o emprego de indicadores de desempenho. Seu objetivo é avaliar o comportamento de valores significativos, com vistas à identificação de situação ou tendências atípicas.
- 93** Os testes de observância dividem-se em testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica.

No que se refere a monitoramento, supervisão e controle de qualidade da auditoria governamental, julgue os itens subsequentes.

- 94** A supervisão inicia-se na fase de execução e é finalizada após a conclusão dos exames e a emissão do relatório, sendo responsável pelo posterior monitoramento das recomendações contidas no relatório.
- 95** O programa de controle de qualidade do Tribunal de Contas deve ser estabelecido de acordo com a estrutura de sua equipe técnica e com a complexidade dos serviços que realizar, inclusive no caso de auditoria individual.
- 96** A avaliação de uma situação reportada pelo profissional de auditoria governamental desacompanhada de ação corretiva será considerada ineficaz.

As tabelas a seguir, extraídas de projeto de lei orçamentária que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2021, apresentam, respectivamente, a distribuição do orçamento por esfera orçamentária e a distribuição do fundo constitucional do Distrito Federal.

Tabela 1A16-I

esfera	valor (em reais)
fiscal	17.906.421.036
seguridade	8.997.021.291
investimentos das empresas estatais	1.512.982.019
total	28.416.424.346

Internet: <www.economia.df.gov.br> (com adaptações).

Tabela 1A16-II

área	valor (em reais)	%
segurança pública	8.346.317.628	52,92
saúde	4.081.820.588	25,88
educação	3.343.282.028	21,20
total	15.771.420.244	100

Internet: <www.economia.df.gov.br> (com adaptações).

Considerando as informações apresentadas, julgue os itens a seguir.

- 97** Após serem elaborados, projetos de lei orçamentária como o mencionado devem ser enviados à Câmara Legislativa do Distrito Federal, iniciando-se, com isso, a fase de apreciação legislativa do ciclo orçamentário.
- 98** De acordo com o princípio da universalidade do orçamento, o montante da receita estimada para o orçamento de 2021 do Distrito Federal será de R\$ 15.771.420.244.

A execução orçamentária, financeira e contábil dos órgãos e das entidades da administração direta do GDF é efetivada por meio de um sistema informatizado. A respeito desse assunto, julgue o seguinte item.

- 99** A programação e a execução orçamentária e financeira do governo do Distrito Federal são processadas por meio do Sistema de Administração Financeira do Distrito Federal (SIAFI/DF).

A lei orçamentária anual (LOA) de 2020 de determinado estado da Federação, em sua dotação inicial, não havia considerado qualquer recurso para ser utilizado para a aquisição de testes rápidos para detecção de covid-19. Em fevereiro de 2020, contudo, o referido estado autorizou, por meio de créditos adicionais, grande montante de recursos para a aquisição de testes rápidos e para outras despesas relacionadas à calamidade pública causada pela referida doença.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o próximo item, com base na legislação vigente.

- 100** Considerando-se a inexistência de créditos ordinários na LOA de 2020 e a situação de calamidade pública, os referidos créditos adicionais devem ser classificados como extraordinários.

O modelo orçamentário brasileiro, definido na Constituição Federal de 1988, compõe-se de três instrumentos: o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a LOA. Quanto a esse assunto, julgue o item subsequente.

- 101** Todos os projetos de lei relacionados a orçamento devem ser apresentados conjuntamente, ou seja, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, o de orçamento anual e, quando for o caso, o de plano plurianual devem ser apresentados na mesma data ao Poder Legislativo, para discussão e votação.

No que se refere às classificações de receitas e despesas públicas e às disposições da legislação aplicável às finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

- 102** Na compra de um equipamento hospitalar importado, a saída de recursos referentes à variação cambial ocorrida entre a data do empenho e a data do pagamento deve ser classificada como despesa de capital.
- 103** Considere que determinada entidade pública tenha realizado o empenho em janeiro de x_2 , referente a merenda escolar entregue em dezembro de x_1 . Nessa situação, a referida despesa pertence ao exercício de x_2 , sob a classificação de despesas de exercícios anteriores.
- 104** O relatório resumido da execução orçamentária pode ser utilizado para identificar se as operações de crédito por antecipação orçamentária, realizadas em determinado exercício, atendem aos limites previstos na LRF.
- 105** A transferência de recursos, por meio de convênio, para um município, com a finalidade de execução descentralizada de uma política pública de responsabilidade exclusiva da União, não se enquadra como uma transferência voluntária.
- 106** O ingresso de recursos referentes à concessão de um serviço público deve ser classificado como uma receita corrente de serviços.

Tendo em vista as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação aplicável, julgue os itens que se seguem.

107 Situação hipotética: Determinada entidade identificou a possibilidade da existência de uma obrigação de pagamento de indenização por danos morais em uma causa judicial, sendo remota a probabilidade de saída de recursos. **Assertiva:** Nessa situação, se o valor puder ser estimado, será necessário registrar uma provisão, que poderá ser revertida caso não se concretize a perda da causa.

108 O registro de uma máquina usada comprada pelo valor de R\$ 20.000 deve ser feito pela entidade compradora, deduzindo-se a estimativa de saldo da depreciação decorrente do período de uso pela entidade vendedora.

No que diz respeito às novas práticas contábeis adotadas no Brasil, julgue os itens a seguir.

109 A apresentação de um balanço patrimonial com saldo na conta ativo diferido, em 31/12/2019, não demonstra incompatibilidade com as normas vigentes, desde que submetido à análise de *impairment*.

110 A demonstração das mutações do patrimônio líquido inclui informações referentes ao resultado abrangente do período, sendo apresentados separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o montante correspondente à participação de não controladores.

111 Uma entidade não pode realizar a mudança nos métodos de avaliação de estoques durante o exercício a ela referente, em razão da impossibilidade de retroagir esse ajuste sem causar prejuízo aos usuários da informação.

Uma entidade que vinha expandindo suas áreas de negócio adquiriu, em 31/12/2018, uma empresa de *marketing* por R\$ 20 milhões, tendo pago, a título de ágio por expectativa de rentabilidade futura, o montante de R\$ 1,7 milhão. Os estudos técnicos utilizados demonstraram que esse ágio se devia ao valor da marca da empresa no mercado e não era possível estimar sua vida útil.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

112 Independentemente de existir ou não qualquer indício de desvalorização, a entidade deveria testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável do intangível adquirido.

A tabela seguinte apresenta informações acerca de contas, tributos e demais dados relativos a determinado mês de atividade de uma empresa que fabrica apenas um produto.

componente	valor (R\$)
preço de venda do produto (unitário)	80
custos dos produtos vendidos (unitário)	20
despesa de depreciação	6.500
despesas administrativas (exceto depreciação)	12.800
despesas financeiras	4.800
estoque de produtos para revenda	50.000

Nesse mesmo mês, essa empresa vendeu a prazo 1.200 unidades, tendo sido apurada a carga tributária indicada no quadro a seguir.

tributos	alíquota
tributos incidentes sobre receita	20%
tributos incidentes sobre lucro	24%

Acerca da demonstração dos resultados do exercício dessa empresa hipotética, julgue os itens que se seguem.

113 Caso a empresa receba um benefício fiscal e o tributo sobre o seu lucro seja reduzido para 18%, a margem líquida da empresa passará a ser superior a 32%.

114 Caso a empresa obtivesse uma variação favorável de 10% sobre os custos unitários dos produtos vendidos, mantendo as demais condições, a sua margem bruta seria maior que 70%.

Acerca de retorno sobre ativos (ROA), alavancagem financeira e retorno sobre o patrimônio líquido, julgue os itens subsequentes.

115 Caso uma empresa incorra em despesa com juros em montante superior àquele obtido ao se apurar o lucro antes dos juros e impostos sobre lucro, ela apresentará alavancagem financeira desfavorável, isto é, o capital de terceiros estará consumindo seu patrimônio líquido.

116 Um aumento do montante de despesas financeiras proporciona uma redução no ROA, enquanto um aumento nas vendas líquidas não interfere diretamente no ROA.

No que se refere à análise econômico-financeira de uma empresa, julgue os itens seguintes.

117 O prazo médio de estocagem da empresa afetará o ciclo econômico e operacional, mas não influenciará o seu ciclo financeiro.

118 O indicador denominado fluxo sobre lucro é influenciado pela despesa de juros, mas não é influenciado pelo pagamento dos juros a pagar.

Considerando o disposto na Norma Brasileira de Contabilidade — NBC TSP Estrutura Conceitual/2016 acerca dos usuários e relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público (RCPG), julgue os itens subsequentes.

119 Dada a natureza do seu conteúdo, os RCPG não podem fornecer aos seus usuários informações não financeiras.

120 Entre os usuários primários dos RCPG estão os membros do Poder Legislativo.

A respeito da realização da variação patrimonial e do reconhecimento da receita pública sob o enfoque patrimonial, julgue os seguintes itens.

121 Para que se evidencie o impacto da receita pública no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa (VPA) em função do fato gerador concomitantemente com a realização da receita orçamentária.

122 Uma variação patrimonial diminutiva (VPD) é considerada realizada quando surge um passivo com correspondente ativo.

Julgue os itens a seguir, relativos à mensuração de ativos e passivos no setor público.

123 Quando envolve uma grande população de itens, a provisão da obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis resultados.

124 Na mensuração dos ativos de infraestrutura, é utilizada a mesma base de mensuração dos demais ativos imobilizados.

Espaço livre

Determinado gestor público apurou as seguintes informações, associadas ao sistema de UTI do estado, em 31/12/2019.

gastos mensais	valor (R\$)
salários e encargos sociais dos profissionais que trabalham exclusivamente em UTI	98.000
serviço de limpeza	12.000
serviço de segurança	18.000
serviço de recepcionistas	22.000

gastos por atendimento em UTI	valor (R\$)
material de consumo	900
exames realizados por entidades externas contratadas	250

itens do balanço patrimonial	saldo em 31/12/2019 (R\$)
imobilizado das UTI	820.000
intangível das UTI	280.000
estoque de material de consumo	30.000.000
atendimentos feitos em 2019	28.900
vida útil do imobilizado (em anos)	10
expectativa de utilidade dos intangíveis (em anos)	8

valor cobrado por atendimento em UTI na rede privada local	valor (R\$)
hospital Alfa	1.800
hospital Beta	1.100
hospital Gama	1.300

Todos os imobilizados e intangíveis foram adquiridos em 1/12/2019 e não possuem valor residual. Não houve desincorporação desses itens em 2019.

Com base nas informações apresentadas nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

125 A soma das variações patrimoniais extraorçamentárias constantes da demonstração das variações patrimoniais do exercício de 2019, decorrentes dos eventos citados, foi superior a R\$ 26.000.000.

126 Segundo o sistema de custos aplicado ao setor público, houve um déficit no resultado econômico do exercício de 2019 no caso em apreço.

Acerca das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens subsequentes.

- 127** No momento do pagamento, pelo contribuinte, de determinada taxa de licença para funcionamento de atividade comercial pendente de vistoria pelo setor responsável, deve ser reconhecida uma variação patrimonial aumentativa em contrapartida do registro de um ativo no balanço patrimonial.
- 128** O recebimento de recursos referentes à emissão de títulos do Tesouro Nacional deve ser classificado como atividade de investimento na demonstração de fluxos de caixa.

Determinado servidor público recebeu R\$ 1.000 a título de suprimento de fundos em 2019 e gastou 60% desse valor apenas em 2020, tendo apresentado a respectiva prestação de contas. O valor não utilizado foi devidamente devolvido no momento da prestação de contas.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 129** Em 2020, foram feitos registros em contas da classe 1 (ativo), da classe 3 (variação patrimonial diminutiva), da classe 6 (controle de execução do planejamento e orçamento), da classe 7 (controles devedores) e da classe 8 (controles credores), com impactos nos resultados orçamentário e patrimonial.
- 130** Foram registradas uma despesa orçamentária e uma variação patrimonial diminutiva, no valor de R\$ 1.000, em 2019.

Tendo como referência os princípios microeconômicos relacionados ao consumidor, e considerando a função utilidade $U = 5x + 2y$, em que x representa a quantidade demandada de bananas e y representa a quantidade demandada de maçãs, julgue os itens a seguir.

- 131** A taxa marginal de substituição de maçã por banana é igual a $\frac{5}{2}$.
- 132** Depreende-se da citada função utilidade que maçã e banana são bens substitutos perfeitos.

A entidade YKL possui a função de produção $y = K^{0,5}L^{0,5}$, em que K e L representam os níveis utilizados dos fatores de produção capital e trabalho, respectivamente.

Considerando que o preço de uma unidade de capital seja igual a uma unidade monetária, que o preço do trabalho seja igual a duas unidades monetárias e que o orçamento da entidade seja igual a quatro unidades monetárias, julgue os itens que se seguem.

- 133** O custo total médio e o custo marginal, ambos de longo prazo, são iguais a quatro unidades monetárias.
- 134** A função de custo total médio de curto prazo é corretamente descrita por $2y + 1/y$.

Considerando a teoria keynesiana e os principais agregados existentes no sistema de contas nacionais, julgue os itens subsequentes.

- 135** Aumento da velocidade de circulação da moeda provoca um deslocamento na função consumo e, conseqüentemente, na demanda agregada.
- 136** Aumento dos gastos do governo possui maior poder de influência no produto quando o Banco Central define de forma exógena a quantidade de moeda, em vez de adotar o modelo em que a taxa básica de juros é fixada pela autoridade monetária.

As políticas econômicas devem, como objetivo amplo, evitar recessões prolongadas, desacelerar as explosões de crescimento e evitar a pressão inflacionária. A respeito de políticas econômicas, julgue os itens a seguir.

- 137** Uma política de expansão monetária incentiva mais o investimento do que uma política de expansão fiscal.
- 138** A combinação de uma política fiscal contracionista com uma expansão monetária pode ser uma estratégia bem sucedida no Brasil, para o país se livrar do déficit orçamentário e, ao mesmo tempo, propiciar crescimento econômico.
- 139** A implementação de uma política fiscal contracionista provoca redução de demanda pelo consumo na economia e, conseqüentemente, leva a um aumento da taxa de juros.

A dívida pública brasileira federal superou, em 2019, o montante de R\$ 4 trilhões, conforme informações disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional. Com relação à necessidade de financiamento do governo e à dívida pública e seus efeitos, julgue os itens que se seguem.

- 140** O superávit primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, inclusive gastos com pagamento de juros; quando esse resultado é negativo, ocorre o déficit primário.
- 141** A trajetória da dívida pública federal nos últimos 10 anos apresenta uma tendência de crescimento com ampliação da velocidade de crescimento desde novembro de 2014.
- 142** O governo possui déficit orçamentário quando o montante de investimento é igual à poupança privada.

Certo produto foi anunciado por um preço P , valor que o vendedor aceita dividir em até três parcelas iguais, mensais e sucessivas, com ou sem entrada, conforme o desejo do cliente. No caso de pagamento à vista, o vendedor aceita entregar o produto por $0,9P$.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 143** Se, ao adquirir o produto, o cliente optar por dar uma entrada e pagar o restante do valor do produto no mês seguinte, ele pagará uma taxa de juros efetiva superior a 10% a.m.
- 144** Se, no momento da compra do produto, um cliente optar pelo parcelamento em três vezes com entrada e outro cliente optar pelo pagamento em duas parcelas sem entrada, ambos pagarão a mesma taxa de juros efetiva.
- 145** Se i indica a taxa de juros efetiva paga por um cliente que opta pelo parcelamento em três vezes sem entrada, fazendo-se $x = 1 + i$, tem-se que x deve satisfazer a equação $2,7x^3 - x^2 - x - 1 = 0$.
- 146** Se, ao adquirir o produto, o cliente optar por pagar o valor P com um cheque para o mês seguinte, ele pagará uma taxa de juros efetiva de 10% a.m.

A próxima tabela mostra indicadores das empresas hipotéticas e distintas Alfa e Beta.

Espaço livre

indicador	Alfa	Beta
prazo médio de compras (em dias)	45	60
prazo médio de permanência dos estoques (em dias)	50	40
prazo médio de recebimento dos clientes (em dias)	60	70
rentabilidade dos investimentos (ao ano)	30%	30%
margem operacional de lucro	15%	10%
rotação do ativo	2	3

Considerando as informações precedentes, julgue os itens a seguir.

- 147** Se a rotação do ativo da empresa Beta cair 50%, a margem de lucro terá que dobrar para manter a rentabilidade dos investimentos constante.
- 148** Os ciclos operacional e financeiro da empresa Alfa são menores que os da empresa Beta.

Um modelo de formação de preço de ativos (*capital asset pricing model* — CAPM), com dois ativos A e B, apresenta os seguintes coeficientes betas: $\beta_A = 1,5$ e $\beta_B = 1,0$. A taxa de retorno do portfólio de mercado é de 8% e a taxa livre de risco é igual a 4%.

A partir dessas informações, julgue os itens que se seguem.

- 149** Se o investidor possui em carteira 75% de ativo A e 25% de ativo B, o retorno esperado mínimo para esse portfólio é superior a 10%.
- 150** O ativo A é menos arriscado que o ativo B.